Opinião Socialista

PSTU

Ano XI - Edição 307 - Colaboração: R$ 2 - De 26/07 a 01/08/2007 - www.pstu.org.br

Quando será o próximo?

Omissão do governo e sede de lucros das empresas aéreas mata quase 200 pessoas

Páginas centrais

SEMINÁRIO E PLEBISCITO EM SETEMBRO AVANÇAM NA LUTA CONTRA REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Páginas 4 e 5

TRAUMA I - Não faltava mais nada. O ministro do Esporte, Orlando Silva (PCdoB), propôs em um entrevista à Istoé a privatização das instalações esportivas do Pan.

TRAUMA II – Nem o Maracanã escapou. Orlando disse que vai "abrir concessões para o setor privado explorar" o estádio. Deve ser o trauma das vaias a Lula no Maracanã...

ZOMBARIA

Parece piada, mas dias depois da tragédia em Congonhas a Aeronáutica concedeu em uma cerimônia a medalha "Mérito Santos Dumont" a dois dirigentes da Anac (Agência Nacional de Aviação Civil), órgão responsável por regulamentar e fiscalizar a aviação civil. Os agraciados foram o presidente da agência, Milton Zuanazzi, e a diretora Denise Abreu, principais porta-vozes do órgão. A agência foi um dos órgãos responsáveis pela liberação da pista do aeroporto, mesmo antes das obras estarem totalmente concluídas. Funcionários da agência já tinham sido fotografados no local do acidente da TAM.

CHARGE / AMÂNCIO

PÉROLA

> *"A crise (aérea) não chega a ser o caos que a imprensa propaga"*

JOSÉ DIRCEU escreveu esta frase no dia 4 deste mês em seu blog. Ele já tinha escrito que "não existia nenhuma reforma da Previdência" no segundo mandato de Lula.

EDUCAÇÃO EM CRISE

Um relatório elaborado pela Câmara de Educação Básica (CEB), do Conselho Nacional de Educação, revelou que o Brasil possui uma defasagem de 235 mil professores para o ensino médio, sendo as disciplinas de física, química, matemática e biologia as mais afetadas. O levantamento aponta que o baixo investimento em educação é a raiz do problema, sendo o Brasil um dos países que menos paga aos seus professores no mundo. No Nordeste, um professor de ensino médio ganha em média R$ 820.

OAXACA

No último dia 16, cerca de 10 mil estudantes, professores e membros da Assembléia Popular dos Povos de Oaxaca (APPO) foram impedidos de marchar até o auditório onde todos os anos é realizada a celebração a Guelaguetza, de trocas de produtos comunitários. O governador Ulises Ruiz Ortiz enviou policiais ao local, que provocaram e impediram a passagem dos manifestantes. Houve confronto e bombas de gás lacrimogêneo foram lançadas diretamente contra a população. Cerca de 60 manifestantes foram presos. Em novembro de 2006, o povo de Oaxaca protagonizou uma jornada de lutas e enfrentou uma dura repressão policial. O movimento reivindica o fim da repressão e também exige a destituição do governador Ruiz Ortiz.

MAGOEI

Lula não gostou das vaias que recebeu no estádio do Maracanã. "É como se eu fosse convidado para o aniversário de um amigo meu, chegasse e encontrasse um grupo de pessoas que não queria a minha presença lá", disse em entrevista ao programa Café com Presidente. Um "seleto" grupo de 90 mil pessoas? Vexame é pouco!

PSTU .org.br

LEIA ESTA SEMANA NO PORTAL DO PSTU

VÔO JJ 3054
- Cobertura da tragédia com o Airbus 320 da TAM e análise dos fatos
- Ninguém engole a versão da fatalidade, do acidente inevitável. Há algo muito errado no ar, e a culpa não é dos trabalhadores do setor. Crise, corrupção da Infraero, descaso e repressão aos controladores matam mais de 350 pessoas em menos de dez meses.

NACIONAL:
- Morre ACM, símbolo da ditadura militar e da oligarquia brasileira

INTERNACIONAL
- Crise e Mudanças na opinião pública antecipam disputa eleitoral nos EUA

HOMENAGEM: ERNESTO GONZÁLEZ PRESENTE!
- Morre o militante trotskista que foi colaborador de Nahuel Moreno durante anos e autor de obra sobre o trotskismo operário na Argentina.

VÍDEOS
- Petroleiros da Venezuela vão à luta
- Zé Maria fala das perspectivas dos trabalhadores no segundo governo Lula

CULTURA
- Solano Trindade: uma vida de arte e de luta
O poeta negro completaria cem anos em 2008.

POLÊMICA
- Artigos sobre a nota do PSTU e da LIT-QI contra o fechamento da RCTV, de Altamiro Borges e Gilberto Maringoni e a resposta publicada no jornal Opinião Socialista 306. O espaço está aberto a para Altamiro e Maringoni. Queremos fazer esse o debate.

Blog molotov

BLOG MOLOTOV
- A morte de ACM em charges

OPINIÃO SOCIALISTA
é uma publicação semanal do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
CNPJ 73.282.907/0001-64 - Atividade principal 91.92-8-00

CORRESPONDÊNCIA
Rua dos Caciques, 265 - Saúde - São Paulo - SP - CEP 04145-000
Fax: (11) 5581.5776 e-mail: *opiniao@pstu.org.br*

CONSELHO EDITORIAL Bernardo Cerdeira, Cyro Garcia, Concha Menezes, Dirceu Travesso, João Ricardo Soares, Joaquim Magalhães, José Maria de Almeida, Luiz Carlos Prates "Mancha", Nando Poeta, Paulo Aguena e Valério Arcary **EDITOR** Eduardo Almeida Neto **JORNALISTA RESPONSÁVEL** Mariúcha Fontana (MTb14555) **REDAÇÃO** Diego Cruz, Jeferson Choma, Marisa Carvalho, Wilson H. da Silva, Yara Fernandes **DIAGRAMAÇÃO** Carol Rodrigues **REVISÃO** Marisa Carvalho **IMPRESSÃO** Gráfica Lance (11) 3856-1356 **ASSINATURAS** (11) 5581-5576 *assinaturas@pstu.org.br - www.pstu.org.br/assinaturas*

ENDEREÇOS

SEDE NACIONAL

Rua dos Caciques, 265
Saúde - São Paulo (SP)
CEP 04145-000 - (11) 5581-5776

www.pstu.org.br
www.litci.org

pstu@pstu.org.br
opiniao@pstu.org.br
assinaturas@pstu.org.br
sindical@pstu.org.br
juventude@pstu.org.br
lutamulher@pstu.org.br
gayslesb@pstu.org.br
racaeclasse@pstu.org.br
livraria@pstu.org.br
internacional@pstu.org.br

ALAGOAS

MACEIÓ - Rua Dias Cabral, 159. 1º andar - sala 102 - Centro - (82)9903.1709
maceio@pstu.org.br

AMAPÁ

MACAPÁ - Av. Pe. Júlio, 374 - Sala 013 - Centro (altos Bazar Brasil)
(96) 3224.3499 *macapa@pstu.org.br*

AMAZONAS

MANAUS - R. Luiz Antony, 823, Centro (92) 234-7093
manaus@pstu.org.br

BAHIA

SALVADOR - Rua da Ajuda, 88, Sala 301 Centro (71) 3321-5157
salvador@pstu.org.br
ALAGOINHAS - R. 13 de Maio, 42 Centro
IPIAÚ - Av. Lauro de Freitas, 282 Centro
VITÓRIA DA CONQUISTA
Avenida Caetité, 1831 - Bairro Brasil

CEARÁ

FORTALEZA *fortaleza@pstu.org.br*
CENTRO -Av. Carapinima, 1700, Benfica (82) 254-4727
MARACANAÚ -Rua 1, 229 - Conjunto Jereissati 1
JUAZEIRO DO NORTE - Rua Padre Cícero, 985, Centro

DISTRITO FEDERAL

BRASÍLIA - Setor de Diversões Sul (SDS)- CONIC - Edifício Venâncio V, subsolo, sala 28 Asa Sul - (61) 3321-0216
brasilia@pstu.org.br

ESPÍRITO SANTO

VITÓRIA - *vitoria@pstu.org.br*

GOIÁS

GOIÂNIA - R. 70, 715, 1º and./sl. 4 (Esquina com Av. Independência)
(62) 3224-0616 / 8442-6126
goiania@pstu.org.br

MARANHÃO

SÃO LUÍS - (98) 3245-8996 / 3258-0550
saoluis@pstu.org.br

MATO GROSSO

CUIABÁ - Av. Couto Magalhães, 165, Jd. Leblon (65) 9956-2942

MATO GROSSO DO SUL

CAMPO GRANDE - Av. América, 921
Vila Planalto (67) 384-0144
campogrande@pstu.org.br

MINAS GERAIS

BELO HORIZONTE *bh@pstu.org.br*
CENTRO - Rua da Bahia, 504/ 603 - Centro (31) 3201-0736
BETIM - R. Inconfidência, sl 205 Centro
CONTAGEM - Rua França, 532/202 - Eldorado - (31) 3352-8724
JUIZ DE FORA juizdefora@pstu.org.br
UBERABA R. Tristão de Castro, 127 - (34) 3312-5629
uberaba@pstu.org.br
UBERLÂNDIA - R. Ipiranga, 62 - Cazeca

PARÁ

BELÉM *belem@pstu.org.br*
Tv. do Vileta, 2519 - (91) 3226-3377
ICOARACI - R. Pe. Júlio Maria, 403/1 (91) 227-8869 / 247-7058
CAMETÁ - Tv. Maxparijós, 1195, B. Novo
RONDON DO PARÁ - R. Ayrton Senna, 147 (94) 326-3004
SÃO FRANCISCO DO PARÁ - Rod. PA-320, s/nº (ao lado da Câmara) (91) 96172944

PARAÍBA

JOÃO PESSOA - R. Almeida Barreto, 391, 1º andar - Centro (83) 241-2368 -
joaopessoa@pstu.org.br

PARANÁ

CURITIBA - R. Alfredo Buffren, 29 sala 4

PERNAMBUCO

RECIFE - Rua Leão Coroado, 20 - Boa Vista - (81) 3222-2549

PIAUÍ

TERESINA - Rua Quintino Bocaiúva, 778

RIO DE JANEIRO

RIO DE JANEIRO *rio@pstu.org.br*
(21) 2232-9458
LAPA - Rua da Lapa, 180 - sobreloja
DUQUE DE CAXIAS - Rua das Pedras, 66/01, Centro
NITERÓI - Av. Visconde do Rio Branco, 633 / 308 - Centro *niteroi@pstu.org.br*
NOVA FRIBURGO - Rua Guarani, 62 - Cordueira (24) 2533-3522
NOVA IGUAÇU - Rua Cel Carlos de Matos, 45 - Centro *novaiguacu@pstu.org.br*
SÃO GONÇALO - Rua Ary Parreiras, 2411 sala 102 - Paraíso (próximo a FFP/UERJ)
SUL FLUMINENSE
sulfluminense@pstu.org.br
BARRA MANSA - Rua Dr Abelardo de Oliveira, 244 Centro (24) 3322-0112
VALENÇA - Pça Visc.do Rio Preto, 362/402, Centro (24) 3352-2312
VOLTA REDONDA - Av. Paulo de Frontim, 128- sala 301 - Bairro Aterrado
NORTE FLUMINENSE
MACAÉ - Rua Teixeira de Gouveia, 1766 (fundos) (22) 2777.3151
nortefluminense@pstu.org.br

RIO GRANDE DO NORTE

NATAL
CIDADE ALTA - R. Dr. Heitor Carrilho, 70 (84) 201-1558
ZONA NORTE - Rua Campo Maior, 16 Centro Comercial do Panatis II
CURRAIS NOVOS - Rua Candido Mendes, 150, Centro

RIO GRANDE DO SUL

PORTO ALEGRE *portoalegre@pstu.org.br*
CENTRO - R. General Portinho, 243 (51) 3024-3486 / 3024-3409
ALVORADA - Rua Jovelino de Souza, 233, Parada 46 (51) 9284-8807
BAGÉ - (53) 8402-6689 / 3241-7718
PASSO FUNDO - (54) 9993-7180
RIO GRANDE - (53) 9977-0097
SANTA MARIA - (55) 84061675 / 3223-3807, *santamaria@pstu.org.br*

SANTA CATARINA

FLORIANÓPOLIS - Rua Nestor Passos, 104, Centro (48) 3225-6831
floripa@pstu.org.br
CRICIÚMA - Rua Pasqual Meller, 299, Bairro Universitário, (48) 9102-4696
agapstu@yahoo.com.br

SÃO PAULO

SÃO PAULO *saopaulo@pstu.org.br*
www.pstusp.org.br
CENTRO - R. Florêncio de Abreu, 248 - São Bento (11) 3313-5604
ZONA NORTE -Rua Rodolfo Bardela, 183 V. Brasilândia (11) 3925-8696
ZONA LESTE - R. Eduardo Prim Pedroso de Melo, 18 (próximo à Pça. do Forró) - São Miguel
ZONA SUL Santo Amaro – Av. João Dias, 1.500 - piso superior
BAURU - Rua Antonio Alves nº6-62 - Centro - (14) 227-0215
bauru@pstu.org.br
CAMPINAS - R. Marechal Deodoro, 786 (19) 3235-2867 - *campinas@pstu.org.br*
FRANCO DA ROCHA - R. Coronel Domingos Ortiz, 423 - Centro
francodarocha@pstu.org.br
GUARULHOS - *guarulhos@pstu.org.br*
Av. Esperança, 705 casa 2 Vila Progresso (11) 6441-0253
Av. João Veloso, 200 - Cumbica (11) 3436-8887
JACAREÍ - R. Luiz Simon,386 - Centro (12) 3953-6122
MOGI DAS CRUZES - Rua Engenheiro Gualberto, 53 - Centro - (11) 4796-8630
PRES. PRUDENTE - R. Cristo Redentor, 11 Casa 5 - Jd. Caiçara - (18) 3903-6387
RIBEIRÃO PRETO - Rua Monsenhor Siqueira, 614 - Campos Eliseos (16) 3637.7242 *ribeiraopreto@pstu.org.br*
SÃO BERNARDO DO CAMPO - R. Mal. Deodoro, 2261 - Centro (11) 4339.7186
saobernardo@pstu.org.br
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS
sjc@pstu.org.br
CENTRO - Rua Sebastião Humel, 759 (12) 3941.2845
ZONA SUL - Rua Brumado, 169 - Vale do Sol
SOROCABA - Rua Prof. Maria de Almeida, 498 - Vl. Carvalho (15) 9129.7865 *sorocaba@pstu.org.br*
SUZANO *suzano@pstu.org.br*
TAUBATÉ - Rua D. Chiquinha de Mattos, 142/ sala 113 - Centro

SERGIPE

ARACAJU - Av. Gasoduto / Francisco José da Fonseca, 1538-b
Cjto. Orlando Dantas (79) 3251-3530
aracaju@pstu.org.br

EDITORIAL

QUANDO CAEM OS VÉUS

Existem momentos em que os véus caem e a realidade de política aparece à luz do dia. Sim, porque a vida real é cuidadosamente escondida dos olhos do povo, disfarçada nas campanhas eleitorais por marqueteiros pagos a peso de ouro. Ocultada pela imprensa burguesa, interessada nos negócios com o governo e os grandes partidos.

Isso se modifica em alguns e raros momentos em que a crua realidade aparece com sua face horrível, por alguma combinação de fatores. Algumas cenas da última semana possibilitaram isso, todas elas amplamente divulgadas pela TV.

A primeira delas foi a do avião da TAM, o vôo JJ 3054 que não conseguiu aterrissar em Congonhas e explodiu, matando quase duzentas pessoas. O impacto emocional arrasador da tragédia causou de imediato uma crise política no país: a responsabilidade do governo é evidente, depois de dez meses de crise aérea, com os recordes macabros dos dois maiores acidentes da história da aviação no Brasil.

A segunda cena é o discurso em cadeia nacional de rádio e TV de Lula sobre o acidente. Três dias depois, escondido em frenéticas reuniões para tentar aparentar alguma resposta, o presidente anunciou medidas atrasadas, insuficientes e diretamente equivocadas para responder à crise.

Mas isso não é tudo. O tom de Lula é comovido, aparentando emoção pela morte de tantas pessoas. Mas, no mesmo dia, Marco Aurélio Garcia assessor direto do presidente, foi filmado por um jornalista fazendo o gesto de top-top e comemorando a divulgação de falhas mecânicas no avião. A comemoração e o deboche de Marco Aurélio mostram que a preocupação do governo não era como enfrentar a situação lamentável aberta com a morte de tantas pessoas e a prevenção de outros desastres, mas centralmente como se livrar do desgaste político pela tragédia.

Toda a preocupação do governo Lula é ver como empurrar com a barriga a apuração da causas do acidente para que o assunto saia do centro do noticiário da mídia (como foi no caso do acidente do Metrô de São Paulo), e eles possam manter a situação exatamente como agora.

Entre a falsa emoção de Lula e o gesto de Marco Aurélio, existe a ligação do mundo real da política brasileira e a farsa do marketing. Esperamos que a indignação que tomou conta do país possa servir para que se tirem conclusões de como o PT se comporta no governo.

A oposição burguesa de PSDB e DEM (antigo PFL) não tem por que se escandalizar com o gesto de Marco Aurélio. Afinal, ela tem exatamente a mesma postura. Por exemplo, durante a crise de 2005, figuras do PSDB e PFL conhecidas como ladrões e corruptos atacavam "indignadas" a corrupção do governo Lula. A hipocrisia é uma espécie de máscara oficial de todos eles.

Os trabalhadores do país devem ficar atentos porque o governo Lula e a oposição de direita vão usar essa mesma hipocrisia, a mesma cara de pau para tentar impor a reforma da Previdência. Vão vestir a máscara da "preocupação com a aposentadoria no futuro" para impor um ataque violentíssimo, impedindo na prática o direito dos trabalhadores de se aposentarem. Caso consigam impor essa reforma, vão comemorar, à la Marco Aurélio , fazendo top-top para todos nós.

O Congresso que vai votar a proposta de reforma do governo é composto em sua maioria por deputados corruptos, como já se demonstrou inúmeras vezes nesses escândalos.

É hora de preparar junto com a Conlutas, o MST, a Intersindical e a Assembléia Popular o plebiscito de 7 de Setembro. Vamos discutir e ouvir a opinião da base dos sindicatos e associações sobre a reforma da Previdência, a reestatização da Vale do Rio Doce, o pagamento das dívidas interna e externa e o custo das tarifas de energia elétrica. Um plebiscito como este não se faz de uma hora para outra.

É hora de discutir a verdade com os trabalhadores, de tirar a máscara de Lula e da oposição burguesa. É hora de lançar uma grande campanha, que deve ser levada a todos os sindicatos e organizações do movimento popular e estudantil. É hora de assumirmos essa luta com a ambição de derrotar a reforma.

A INDIGNAÇÃO que tomou conta do país após a tragédia da TAM deve servir para que se tirem conclusões de como o PT se comporta no governo

RICARDO STUCKERT/ABR

Lula, um dos culpados pelo acidente aéreo, tenta se desculpar em cadeia nacional de rádio e televisão

VALTER CAMPANATO ABR

Manifestantes protestam contra o descaso do govenro na crise aérea

GOVERNO QUER REFORMA DA PREVIDÊNCIA EM 2007

FÓRUM NACIONAL tem até setembro para finalizar proposta, que segue direto para o Congresso

***DIEGO CRUZ**, da redação*

No dia 17 de julho, poucas horas antes do descaso do governo e da ganância das companhias aéreas terem causado a morte de quase 200 pessoas em São Paulo, Lula esteve no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, em Brasília, defendendo as reformas da Previdência e trabalhista. "Não é possível que Getúlio Vargas tenha tido a onipotência de Deus de, em 1940, fazer uma lei que prevaleça no mundo do trabalho de hoje em sua totalidade", afirmou o presidente a uma platéia formada por empresários e sindicalistas.

"*Nós temos agora um fórum que está discutindo a reforma da Previdência. Eu não sei o que vai sair de lá, mas vai sair alguma coisa*", disse, pautando a grande tarefa do Congresso após o recesso parlamentar. Lula, no entanto, sabe muito bem o que vai "sair de lá". Propostas como a adoção da idade mínima para a aposentadoria, que serão votadas por um Congresso corrupto, sem a menor moral para aprovar qualquer medida que retire direitos.

Já no dia 19, o ministro da Previdência, Luiz Marinho, reafirmou que a proposta de reforma do fórum será finalizada em setembro, seguindo direto para o Congresso.

CRUZADA PELA REFORMA

Longe de ser uma mera idéia, a proposta de reforma do governo já está devidamente sistematizada. O responsável pelo projeto, o técnico do IPEA (Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas) Fábio Giambiagi, apresentou-a durante a quarta reunião do Fórum Nacional, realizada em abril. Giambiagi prega uma supercampanha de mídia para convencer os trabalhadores da "necessidade" de abrir mão de direitos em nome da "sustentabilidade" do sistema previdenciário.

Recentemente, o órgão lançou mais uma investida em defesa da reforma, desta vez minimizando a importância do valor do salário mínimo no combate à pobreza. O documento "O esgotamento do papel do salário mínimo como mecanismo de combate à pobreza extrema", como o próprio nome diz, afirma que a elevação do mínimo não reduz a miséria dos mais pobres.

Paralelamente a toda mobilização do IPEA, a campanha de mídia já começou. Reportagens e especiais veiculados, sobretudo, pela Rede Globo, mostram a Previdência pública como uma bomba prestes a explodir e os aposentados brasileiros como privilegiados. Já a campanha oficial deve ter novo e inédito impulso neste segundo semestre.

Combater as mentiras do governo

Uma das principais propostas da reforma previdenciária é a adoção da idade mínima e sua elevação até 67 anos no caso dos trabalhadores homens. Tal proposta parte do pressuposto de que os trabalhadores no Brasil se aposentam muito cedo.

No entanto, considerando a esperança de vida do brasileiro, de em média 71 anos, isso faria com que o trabalhador gozasse de apenas quatro anos de aposentadoria. No caso dos homens, a expectativa de vida é de 68 anos, ou seja, o trabalhador será obrigado a trabalhar até morrer.

Já com relação à aposentadoria por tempo de contribuição, a proposta do órgão é elevá-la para 40 anos para homens e mulheres que entrarem no sistema a partir de 2008. Hoje, os homens precisam contribuir por 35 anos e as mulheres durante 30. Para as mulheres que já contribuem, esse tempo se elevaria em um ano a cada três, a partir de 2010, chegando aos 35 anos em 2022.

A proposta não reconhece a dupla jornada das mulheres. Contra a idéia da aposentadoria precoce, estudo recente do Dieese aponta que cada vez menos trabalhadores se aposentam pelo tempo de contribuição. Em 1997, 417.371 pessoas se aposentaram por esse critério. Sete anos depois, foram apenas 148.281.

Isso acontece porque o fator previdenciário, instituído por FHC em 1998, já representa a idade mínima para quem cumpriu o tempo de contribuição. O fator adia a aposentadoria e reduz a média do valor dos benefícios, isso é, ao contrário do que afirmam o governo e a mídia, o brasileiro se aposenta cada vez mais tarde, recebendo cada vez menos.

PROPOSTA DE REFORMA DA PREVIDÊNCIA

DISPOSITIVO	COMO É HOJE	PROPOSTA	
		Ativos	Novos entrantes
TC: idade mínima	Não há (INSS)	65 H; 55 M (2010)[a]	65 H; 64 M
TC: anos	35 H; 30 M	35 H; 31 M (2010)[b]	40 H e M
Idade	65 H; 60 M	65 H; 61 M (2010)[c]	67 H; 66 M
Diferença/H-M(TC)	5 anos	4 anos (2010)[d]	0 ano
Diferença/H-M(idade)	5 anos	4 anos (2010)[e]	1 ano
Diferença/professores	TC: 5 anos	4 anos (2010)[d]	0 ano
Diferença/rurais(idade)	5 anos	4 anos (2010)[d]	0 ano
Piso previdenciário	SM	PPB	PPB
Piso assistencial	SM	75% PPB[f]	75% PPB
Idade/elegibilidade/Loas	65 anos	66 anos (2010)[g]	70 anos

FONTE: IPEA

Notas: 1. TC: Tempo de contribuição; H: Homens; M: Mulheres; SM: Salário mínimo; PPB: Piso previdenciário básico.
2. Adicionalmente, o tempo de contribuição mínimo para aposentadoria por idade (lei) aumentaria para 25 anos até 2031 para os ativos e para 35 anos para os novos
entrantes. 3. O bônus de 5 anos de tempo de contribuição para as mulheres (lei) para efeito do cálculo do fator previdenciário diminuiria em 1 ano a cada 3 anos a partir de 2010 (inclusive) até 2022 (inclusive), até ser eliminado. Para os professores, valeria o mesmo princípio. a) Aumento até 64 (H) e 62 (M) anos em 2026. / b) Aumento do tempo de contribuição das mulheres em 1 ano a cada 3 anos até 2022 (inclusive) até 35 anos. / c) Aumento da idade requerida para as mulheres em 1 ano a cada 5 anos até 2020 (inclusive) até 63 anos. / d) Redução em 1 ano a cada 3 anos até 2022 (inclusive) até a diferença ser eliminada. / e) Redução em 1 ano a cada 5 anos até 2020 (inclusive) até 2 anos. / f) Para os benefícios já concedidos, 100% do PPB. / g) Aumento em 1 ano a cada 3 anos até 70 anos em 2022.

Estudo desmascara mito do "déficit"

Enquanto a grande imprensa afirma existir um imenso rombo no caixa da Previdência, anunciando o colapso do sistema caso não haja uma profunda reforma, estudos técnicos apontam o contrário. Um deles é o da professora e pesquisadora da UFRJ Denise Gentil. A tese de doutorado da pesquisadora, "A Falsa Crise da Seguridade Social no País", de 2006, derruba o mito do déficit e outros argumentos utilizados para impor a reforma.

Denise recorre ao artigo 194 da própria Constituição para estabelecer o que é de fato o sistema de Seguridade. "*A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinada a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social*", afirma o texto. Ou seja, a Previdência é apenas um dos elementos compreendidos pela Seguridade.

Nesse sentido, a Seguridade seria sustentada através da contribuição sobre folha de salários, Cofins, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, Receita de Concursos de Prognóstico, CPMF e PIS/PASEP. Esse sistema estruturado na diversificação da receita foi adotado pela Constituição de 1988, pois o modelo antigo, baseado apenas nas contribuições em folha, entrou em crise com o desemprego que assolou a década.

Portanto, considerando a receita e a despesa da Seguridade, tal como preconiza a Constituição, o sistema não tem déficit, mas sim superávit . Para se ter uma idéia, só o INSS teve um excedente em caixa em 2004 e 2005 de, respectivamente, R$ 8,2 bilhões e R$ 921 milhões.

Um dos problemas da Previdência é o desvio da receita da Seguridade, através do mecanismo da DRU (Desvinculação das Receitas da União). Embora ele permita que o governo desvie 20% do orçamento da Seguridade para outros fins, mais do que isso é transferido para outras áreas. No entanto, mesmo com esse desvio, a Seguridade é superavitária, mostrando que existem outros problemas.

A chamada crise da Seguridade, portanto, é uma crise da política econômica do governo Lula, que desvia recursos da aposentadoria dos trabalhadores para o pagamento dos juros da dívida pública.

PLEBISCITO MASSIFICA CAMPANHA CONTRA A REFORMA

PERGUNTA sobre reforma foi incluída em votação

***DIEGO CRUZ**, da redação*

O plebiscito popular nacional durante o Grito dos Excluídos em setembro deve dar um salto na campanha contra a reforma da Previdência. A consulta, a ser realizada de 1° a 7 de setembro, tratará também do leilão fraudulento da Companhia Vale do Rio Doce, da política econômica do governo Lula e da privatização do setor elétrico.

A votação popular servirá, desta forma, para denunciar o desmonte da Previdência no momento em que o fórum do governo estará finalizando seus trabalhos. Em setembro também deve terminar o prazo para o fórum divulgar a proposta oficial de reforma da Previdência, que será logo remetida para aprovação no Congresso.

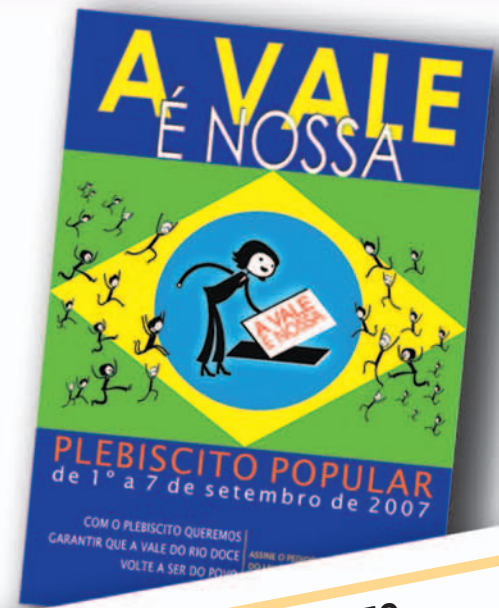
O plebiscito está sendo organizado por entidades dos movimentos sociais e populares, além de partidos de esquerda. As questões foram definidas durante reunião do Comitê Nacional pela Anulação do Leilão da Vale, no dia 17 de junho, em Brasília, que contou com ampla representação de diversos setores. A expectativa da organização é que durante a Semana da Pátria cerca de 10 milhões de pessoas votem, manifestando-se contra a reforma que retira direitos. A contagem dos votos será realizada em outubro e o resultado será enviado ao governo.

"*Esta será uma ótima oportunidade de denunciarmos essa reforma do governo Lula que retira direitos, massificando a campanha em defesa da Previdência pública*", afirma José Maria de Almeida, da Coordenação Nacional de Lutas. A Conlutas editará um jornal nacional convocando o plebiscito, além das demais atividades da campanha.

CUT TENTA BOICOTAR CAMPANHA

Apesar da construção unitária do plebiscito, a CUT tenta agora boicotar a campanha contra a reforma da Previdência. Para evitar um desgaste maior do governo Lula, a central quer que a consulta se restrinja ao leilão da Vale. Mesmo tendo participado de todas as reuniões que definiram a campanha, que também contaram com grande número de sindicatos cutistas, a central agora afirma que não reconhece as decisões deliberadas pelo Comitê Nacional pela Anulação do Leilão nem pela Assembléia Popular.

De forma arrogante e autoritária, a CUT ameaça realizar um plebiscito só seu caso os demais setores insistam em respeitar o que foi democraticamente definido e mantenham as quatro perguntas. Desta forma, a central ameaça a unidade da campanha para preservar o governo.

"*A Conlutas vai seguir insistindo no chamado à CUT para que venha compor a unidade na luta com os demais movimentos sociais. Mas a Conlutas não vai aceitar, menos ainda se submeter, aos arroubos autoritários e à chantagem desta central*", afirma Zé Maria na carta ao Comitê Nacional da campanha. O dirigente ressalta a importância de fortalecer a organização do plebiscito nas regiões, buscando inclusive a base da central, realizando plenárias conjuntas.

PERGUNTAS DO PLEBISCITO

Confiras as questões do plebiscito aprovadas pela Plenária Nacional do Comitê pela Anulação da Vale do Rio Doce

( ) **1 –** Você concorda que a Companhia Vale do Rio Doce, patrimônio construído pelo povo brasileiro e privatizada em 1997, deva continuar nas mãos do capital privado?

( ) **2 –** Você concorda que o governo continue priorizando o pagamento dos juros da dívida pública deixando de investir em trabalho, saúde, educação, moradia, saneamento, reforma agrária, água, energia, transporte, ambiente saudável?

( ) **3 –** Você concorda que a energia elétrica continue sendo explorada pelo capital privado, com o povo pagando até oito vezes mais que as grandes empresas?

( ) 4 - Você concorda com a proposta de reforma da Previdência que retira direitos dos trabalhadores da aposentadoria.

REUNIÃO NACIONAL E SEMINÁRIO DA CONLUTAS FORTALECEM CAMPANHA

EM AMBOS os eventos será discutida, entre outros pontos, a marcha a Brasília em outubro

DA REDAÇÃO*

Nos próximos dias 5 e 6 a Conlutas irá realizar sua primeira reunião nacional em Brasília. O encontro deverá contar com grande número de dirigentes sindicais e de movimentos sociais e populares de todo o país. Além de discutir a conjuntura atual, a reunião definirá os próximos passos da coordenação na luta contra as reformas do governo, principalmente a da Previdência.

A primeira grande atividade será o seminário no dia 7, também em Brasília. O evento ocorrerá no auditório Petrônio Portela, no Senado, e deverá contar com centenas de dirigentes e ativistas sindicais. Além da Conlutas, também estão empenhados na convocação do seminário Cobap (Confederação Brasileira dos Aposentados), Jubileu Sul e Grito dos Excluídos, além de entidades nacionais como Andes e Fenafisco.

O objetivo do seminário é elaborar um contraponto ao Fórum Nacional da Previdência, oferecendo subsídios contra as mentiras divulgadas pelo governo e a grande imprensa. O seminário terá palestras de Maria Lúcia Fatorelli, diretora da Unafisco, do ex-deputado Sérgio Miranda, especialista em orçamento público, e de Guilherme Delgado, assessor das pastorais sociais e do Grito dos Excluídos. O evento também terá a presença da OAB e da Frente Parlamentar em Defesa da Previdência da Câmara dos Deputados e do Senado.

Além do diagnóstico do projeto de reforma planejado pelo governo e da atual situação da Previdência, o seminário discutirá as próximas ações do movimento contra a reforma. "*Vamos discutir propostas de ações como a participação no plebiscito durante a Semana da Pátria, uma marcha a Brasília em outubro, além da formação de um fórum alternativo ao fórum do governo*", afirma Sebastião Carlos, o Cacau, da Coordenação Nacional de Lutas de Minas Gerais e do comitê organizador do Seminário.

AG.CROMAFOTO

UMA TRAGÉDIA MAIS DO QUE ANUNCIADA

JEFERSON CHOMA, da redação

Abatimento, perplexidade e um sentimento de revolta destilado pela certeza de que o maior desastre da história da aviação brasileira poderia ter sido evitado. Provavelmente estas foram as primeiras reações da população após a tragédia com o Airbus 320 que partiu de Porto Alegre na terça-feira 17 com destino ao aeroporto de Congonhas, em São Paulo. Quase 200 pessoas – entre passageiros, funcionários e pedestres – morreram quando a aeronave não conseguiu parar na pista principal de Congonhas, atravessou uma movimentada avenida e explodiu ao se chocar com o prédio da TAM Express, escritório de cargas da companhia.

Os controladores de vôo tinham razão em suas denúncias. O destino do vôo JJ 3054 comprovou isso de maneira trágica. Há meses eles vêm alertando sobre a falta de investimentos do governo federal no setor, o que levou a um profundo sucateamento e sérios problemas de infra-estrutura. O governo deu de ombros para a reivindicação dos controladores e ainda agiu com violenta repressão, prendendo e punindo os trabalhadores. Como se não bastasse, a aviação civil brasileira passou a ser dirigida por órgãos que mantêm uma promíscua e corrupta relação com as empresas aéreas e empreiteiras. Esses foram os principais ingredientes para a atual tragédia.

Um dia depois do acidente, autoridades do governo começaram a fazer um discurso afinado, numa tentativa explícita de culpar o piloto do Airbus 320 da TAM. Tentaram repetir as manobras após o desastre da Gol, no ano passado, responsabilizando trabalhadores do setor (controladores de vôo e pilotos) pela "fatalidade". Há uma diferença, porém, com relação aos desastres anteriores. Ninguém mais engole a versão da fatalidade, do acidente inevitável.

A indignação aumentou ainda mais diante do deboche de membros do governo. Como se o infeliz conselho da ministra Marta Suplicy fosse pouco (o famoso "*relaxa e goza*"), ou ainda a frase de Guido Mantega de que a crise aérea era fruto "*da prosperidade do país*", Marco Aurélio Garcia (um dos principais assessores de Lula) foi flagrado fazendo um gesto obsceno comemorando uma reportagem sobre um defeito técnico no avião da TAM. Danem-se as vítimas, desde que se "livre a cara" do governo, pensou Garcia.

A baixaria não parou por aí. Três dias depois do desastre em Congonhas, foram homenageados em Brasília quatro diretores da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac). Entre eles o seu presidente, Milton Zuanazzi, que ainda insiste em dizer que não há crise aérea nenhuma (!).

Foi o segundo desastre em dez meses. A crise agora se volta com toda força contra o governo. A demissão do ministro da Defesa, Waldir Pires, já é dada como certa. Manobra alguma poderá livrar a cara de Lula, Anac, FAB, Infraero e empresas aéreas, todos envolvidos em um jogo de promiscuidade e corrupção. Todos são culpados pela crise e pelo desastre.

O Airbus da TAM também caiu como uma bomba sobre o Planalto, num momento delicado para Lula. Dias antes o presidente havia recebido retumbantes vaias de 90 mil pessoas no Maracanã. Lula começava a sentir o peso do desgaste. Para piorar a situação, ele ainda demorou três dias para se pronunciar sobre a tragédia, mostrando à população o descaso oficial.

O governo vive a sua pior crise política neste segundo mandato que tomou uma dimensão gigantesca, ofuscando os Jogos do Pan. A tragédia da TAM se assemelha ao "apagão" de energia elétrica ou ainda ao desastre da plataforma P-32 do governo FHC, e poderá marcar o início do declínio das altas taxas de popularidade que Lula vinha mantendo até agora.

AG.BRASIL

Resgate das vítimas

Tudo pelo lucro: a lógica da morte

A tragédia da TAM poderia ser tudo, menos inevitável. O sistema aéreo brasileiro vem sofrendo do mesmo sucateamento que existe em outros setores da infra-estrutura do país. Enquanto o fluxo de transporte aéreo duplicou nestes últimos 15 anos, os planos econômicos neoliberais impediram que o Estado contratasse mais controladores de vôo em número suficiente para atender a demanda, que cresceu rapidamente. Como ocorre na saúde e educação, o duro ajuste fiscal também impediu a realização de investimentos em obras de segurança dos aeroportos.O governo só liberou dinheiro para reformas cosméticas, tornando os aeroportos maiores e mais bonitos. O que tem a ver com o investimento em turismo. Controladores de vôo operam equipamentos sucateados, enquanto bilhões são pagos nas dívidas interna e externa.

Por outro lado, também houve uma desregulamentação do setor. A responsabilidade de "fiscalizar" passou para as mãos da Anac, uma agência neoliberal (como a do petróleo, da energia e tantas outras), totalmente atrelada – muitas vezes por meio da corrupção - aos interesses das grandes empresas. Nas palavras de uma velha raposa política do Congresso Nacional, a Anac é o "segundo guichê" para as empresas aéreas. Na esteira da desregulamentação, a Infraero, uma estatal dirigida pelo governo junto com o lobby dos capitalistas do setor, se transformou em uma fonte de corrupção e captação de dinheiro para o financiamento das campanhas eleitorais dos grandes partidos, inclusive as do PT.

"FILÉ DO NEGÓCIO"

Nesse cenário, as grandes companhias deitaram e rolaram. Congonhas é o maior exemplo disso. Por sua localização (próximo ao centro de São Paulo), o aeroporto proporciona altos lucros para as empresas, com baixos custos operacionais. "*É o filé do negócio*", disse um empresário do setor. A permissão para cada vez mais aeronaves operarem no aeroporto, sem muita margem de segurança, não é produto do acaso, mas sim uma imposição do mercado. Desativá-lo hoje significa uma perda de R$ 4 bilhões para as companhias aéreas, segundo um cálculo de um professor do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA).

Nos tempos da fúria privatista tucana, o aeroporto superou a marca de sete milhões de passageiros por ano. As companhias trouxeram aeronaves maiores, mais pesadas e o aeroporto se transformou em um centro distribuidor de vôos, concentrando a maioria das pontes aéreas e escalas de vôo nacionais. A capacidade foi aumentando de acordo com os interesses das companhias e hoje atinge a marca de 17 milhões passageiros por ano. Nada menos do que 650 operações por dia são realizadas em 17 horas de operação.

O aeroporto recebeu no governo Lula investimentos da ordem de R$ 530 milhões, mas não para a realização de reformas que aumentassem sua segurança. Com o dinheiro foram construídos uma nova ala de embarque e nada menos que 12 pontes para acesso às aeronaves. Tudo para satisfação das companhias aéreas.

PRESSÃO DAS COMPANHIAS AÉREAS

Todos os pilotos são unânimes em classificar Congonhas como o mais perigoso aeroporto do país. Isso é fruto de uma combinação letal: uma pista considerada curta demais, escorregadia e incrustada entre um mar de edifícios.

Em dias de chuva as aeronaves podem sofrer aquaplanagem, quando o pneu perde atrito com o solo devido a poças d'água. Em janeiro, um avião da Varig derrapou na pista. Em outubro de 2006, um Boeing da Gol também derrapou. Em março daquele ano, uma aeronave da BRA teve problemas na aterrissagem e só conseguiu parar às margens da avenida.

No início do ano o Ministério Público ingressou na Justiça com um pedido de fechamento da pista principal de Congonhas para reforma. Na ação, os procuradores descreveram os riscos: "*considerando, ainda, a (...) possibilidade de que uma dessas aeronaves deslize para fora do aeroporto, atingindo uma das avenidas que o circundam, é realmente palpável*".

Uma reforma a toque-de-caixa foi realizada e a pista foi entregue às pressas, em 29 de junho, sem a conclusão do "grooving", ranhuras que ajudam na drenagem da água e melhoram o atrito para evitar derrapagens. O prenúncio da tragédia foi quando, um dia antes do acidente da TAM, um avião menor, da companhia Pantanal, derrapou na pista.

A reforma custou cerca de R$ 20 milhões e foi realizada - sem licitação e recheada de denúncias de corrupção - pelo consórcio das empresas OAS e Queiroz Galvão, as mesmas que estiveram envolvidas em outra tragédia: o desabamento das obras para a futura estação de Pinheiros do Metrô, no início do ano, que matou sete pessoas. Até hoje ninguém foi punido pelo desastre.

A liberação da pista se deu depois de muita pressão das companhias aéreas. Tudo indica que o piloto tentou pousar quando o avião derrapou. Pouco antes, um piloto de uma aeronave da Gol havia alertado sobre a pista escorregadia. Mas ela não foi interditada, pois isso prejudicaria os lucros das companhias aéreas. Pior, mesmo depois da explosão, a pista continuou a operar normalmente, como se nada tivesse acontecido, pois, como diz a lógica fria dos capitalistas, "tempo é dinheiro".

No dia seguinte, a tragédia quase se repetiu: um novo avião da TAM (um Fokker 100, mais ágil que o Airbus) teve que arremeter devido ao curto espaço da pista.

A mentira da TAM

Aeronaves utilizam a mais alta tecnologia disponível, por isso operam com normas rígidas de segurança. No entanto, a ganância das companhias aéreas pelo lucro coloca em risco a vida de centenas de pessoas. Além de pressionar pela liberação da pista de Congonhas, mesmo com as reforma inacabadas, os executivos da TAM admitiram que o Airbus 320 operava há quatro dias com defeito no sistema que ajuda a frear o avião. Alegaram que os manuais do Airbus permitiam o uso da aeronave até dez dias depois de detectada a falha. Ora, é evidente que, apesar dos manuais, o mais prudente e seguro seria desativar o avião. A TAM, como todas as outras companhias aéreas, pouco ligou para a segurança dos passageiros e da tripulação diante do prejuízo financeiro que teria ao não utilizar a aeronave.

O mais revoltante, porém, é que Marco Antonio Bologna, presidente da TAM, mentiu ao dizer que a aeronave estava em "perfeitas condições". Nesse momento, Bologna deveria estar na cadeia.

SAIBA MAIS — **PRINCIPAIS HIPÓTESES PARA A TRAGÉDIA**

1) Tudo indica que o piloto tentou pousar quando o avião derrapou na pista molhada. Ela foi entregue após uma reforma sem as ranhuras que aumentam sua aderência. Pouco antes da tragédia, um piloto da Gol havia alertado sobre a pista escorregadia.

2) Um dos aparelhos que auxiliam na frenagem (reverso) do avião tinha apresentado defeito. Mesmo assim, a companhia decidiu manter o avião funcionando.

3) Especialistas apontam uma combinação entre a pista escorregadia e o defeito do reverso para explicar a tragédia.

Eficiência para matar

GOVERNO quer privatizar aeroportos

Com toda a hipocrisia que já lhe é característica, Lula apareceu em rede nacional de TV e pediu a "*compreensão do povo brasileiro para que não haja julgamento precipitado*". Atrás das novas promessas, o governo não esconde seu plano de privatizar a Infraero, estatal que administra os aeroportos do país, atendendo uma velha reivindicação das empresas aéreas. O plano foi anunciado enquanto os destroços da aeronave ainda fumegavam.

A privatização completaria a desregulamentação do setor, ampliando a crise e aprofundando a submissão da aviação nacional à lógica do lucro fácil das empresas aéreas. Foi justamente a sede por lucros que levou à piora dos serviços de segurança e ao sucateamento da infra-estrutura dos aeroportos. A privatização da Infraero elevaria os riscos de acidente por todo o país. O resultado só pode ser um: mais e maiores desastres como o de Congonhas.

Os defensores da medida evocam o velho argumento de que a privatização levaria à "eficiência dos serviços". Só se for eficiência para matar.

O desabamento nas obras da futura estação de Pinheiros, no Metrô de São Paulo, expôs de forma dramática os perigos do avanço da privatização e terceirização no setor público. Na ocasião, a ganância das empreiteiras pelo lucro fácil foi mais forte que o respeito às regras de segurança. A "eficiência" privada resultou em sete mortes e nenhuma punição.

Propostas para a crise

Publicamos abaixo as propostas mais imediatas para responder ao caos aéreo:

- **DESMILITARIZAÇÃO DO CONTROLE AÉREO, SEM PRIVATIZAÇÃO**. Somos a favor da desmilitarização para acabar com a hierarquia corrupta e incompetente que serve para reprimir e calar os controladores. Por outro lado, defender a desmilitarização como forma de privatizar o setor significa o aprofundamento do caos atual.
- **REVOGAÇÃO DE TODAS AS PUNIÇÕES AOS CONTROLADORES DE VÔO**.
- **ESTATIZAÇÃO DAS COMPANHIAS AÉREAS**. As empresas aéreas só desejam altos lucros, às custas de um risco maior para os passageiros. Por isso defendemos a estatização, sob controle de seus trabalhadores.
- **PUNIÇÃO, COM PRISÃO, DE TODOS OS RESPONSÁVEIS PELA TRAGÉDIA**, sejam membros do governo, executivos de empresas e empreiteiras. É preciso também demitir todos os ministros que debocharam da crise.
- **EXPROPRIAÇÃO DAS EMPRESAS ENVOLVIDAS NA CORRUPÇÃO DA INFRAERO**, além da abertura do sigilo bancário e fiscal de todos os seus dirigentes.
- **ROMPER COM O ATUAL MODELO ECONÔMICO E SUSPENDER O PAGAMENTO DAS DÍVIDAS EXTERNA E INTERNA**, responsáveis pela falta de obras de infra-estrutura e de investimentos no setor aéreo.

GOVERNO RADICALIZA E DESFERE MAIS ATAQUES

SERVIDORES devem responder na mesma moeda

PAULO BARELA,
da direção nacional do PSTU

Na abertura dos Jogos Pan-Americanos, em meio às vaias no Maracanã e dos protestos em frente à Prefeitura do Rio, contra as políticas neoliberais do governo Lula, em Brasília, o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, encaminhava ao Congresso Nacional o projeto de lei complementar 92/07 criando as fundações estatais de direito privado.

PRIVATIZAÇÃO NO SERVIÇO PÚBLICO

O projeto visa flexibilizar as relações de trabalho no serviço público, permitindo a contratação de trabalhadores pelo regime CLT, sem concurso. No mesmo sentido, permite a transferência de importantes áreas para o controle privado, prejudicando sobretudo a população carente, que terá ainda mais dificuldade de acesso a vários serviços essenciais, como saúde e assistência social. Além destas áreas, o projeto se estende para órgãos de cultura, desporto, ciência e tecnologia, meio ambiente, comunicação social e turismo. No texto, vemos ainda as bases para a regulamentação da previdência complementar do servidor, ou para a criação de fundos de pensão com controle privado.

Um dos setores mais atingidos é o das universidades federais públicas, pois o governo Lula define no projeto a transformação dos hospitais universitários em fundações privadas, tirando da universidade o controle sobre esses hospitais. Quem ganha com isso são os tubarões privados da saúde e do ensino, que terão a oportunidade de controlar esses hospitais através das PPP's (Parcerias Público-Privadas).

Ato do dia 11 julho

MARCELLOCASAL/AG.BRASIL

LIVRANDO A CARA DO GOVERNO

Na contramão dos interesses dos trabalhadores, a CUT e os governistas de plantão nas direções de importantes entidades como Fasubra, Condsef e Fenajufe se esmeram em defender o governo. Tem sido assim desde o início das greves, quando essas direções fizeram de tudo para evitar a unidade e conduzir o movimento de forma mansa e sem radicalizações.

Neste momento, após mais de 60 dias do início da greve, como é quase impossível evitar a caravana de técnico-administrativos que se desloca para Brasília, os governistas tentam evitar o acampamento na Esplanada dos Ministérios com medo da reação dos trabalhadores contra o governo. Fazem terrorismo, afirmando que não se deve radicalizar, pois isso prejudicaria as negociações em curso. No entanto, até o momento, não houve nenhum avanço nestas reuniões.

GREVE DA FASUBRA

Mais triste é o papel do C-Sol, que capitula à política dos governistas da corrente Tribo e do PCdoB. Essa corrente tem feito coro com os governistas, caracterizando avanços nas negociações, quando na verdade o governo não só vem enrolando o comando nacional de greve. Agora, com a ida das caravanas a Brasília, não se enfrenta com os governistas, contribuindo com a política de greve ordeira e bem comportada.

Os companheiros da Conlutas, que fazem parte da frente de oposição "Vamos à Luta – VAL" – onde também estão correntes do P-Sol como C-Sol, CST e MES, e independentes –, não concordam com as posições da direção desse grupo e defendem a radicalização do movimento e o enfrentamento concreto com o governo. Somente um processo que coloque os servidores em movimento com atos, passeatas, acampamentos e radicalização nas ações poderá forçar o governo a atender as reivindicações.

O PSTU propõe a organização da luta contra esses projetos e a unificação do funcionalismo federal e os demais trabalhadores em defesa dos serviços públicos. Para isso, é preciso dar o combate sem tréguas ao governo e apontar uma saída socialista para o nosso país, que liberte os trabalhadores das ações reacionárias do capital.

É FUNDADA A CONLUTAS AMAZONAS

ANTÔNIO COELHO JR,
do Amazonas

No dia 16 de julho, na sede do Sindicato dos Bancários, foi realizada a reunião de fundação da Coordenação Nacional de Lutas do Amazonas (Conlutas-AM).

A reunião contou com a presença do Sindicato dos Fazendários do Amazonas (Sifam), Sindicato dos Previdenciários do Amazonas (Sindsprev-AM), Sindicato dos Trabalhadores dos Correios do Amazonas (Sintect-AM), Regional Norte 1 do Andes-SN, Oposição Sindical Metalúrgica, Oposição dos Professores de Base do Sinteam, Movimento Sem-Teto de Luta (MSTL) e Conlute-AM. Após vários debates no Fórum Contra as Reformas, todos definiram fundar a Conlutas-AM.

Muitos dos sindicatos presentes já haviam aprovado em assembléias de base a desfiliação da CUT. Outros estão em processo de desligamento da central governista. Foi um dia histórico em que todos expuseram a necessidade de organizar os trabalhadores amazonenses em uma organização verdadeiramente democrática e combativa.

Um calendário local de atividades foi aprovado, e os GT's de secretaria, finanças, movimentos populares e de educação foram instituídos com a presença de cada segmento. Agora é mãos à obra e muita luta para consolidar a Conlutas-AM.

TRABALHADORES RURAIS SÃO PRESOS

DA REDAÇÃO*

No dia 23 de junho, 14 trabalhadores da destilaria Araguaia, no município de Congresa (MT), foram presos e levados ao presídio de Porto Alegre do Norte. Os trabalhadores foram detidos após manifestação nas dependências da destilaria pelo atraso no pagamento de seus salários.

Quase um mês depois das prisões, os trabalhadores rurais continuam presos por terem ateado fogo em pneus durante a manifestação. Eles foram enquadrados no artigo 202 do Código Penal, acusados de invasão de estabelecimento industrial com a finalidade de paralisar suas atividades.

A Araguaia é a mesma destilaria Gameleira que, no ano passado, trocou de nome e de razão social, na expectativa de limpar sua imagem depois de sucessivas ações do Ministério do Trabalho sobre a existência de trabalho escravo na empresa.

A esta destilaria pertencia o recorde anterior de libertação de trabalhadores, quando em junho de 2005, mais de mil foram resgatados. À reinauguração, ou melhor, à troca de razão social para continuar recebendo financiamento público e vendendo álcool à Petrobras, compareceram dois governadores, o de Mato Grosso, Blairo Maggi, e do Pernambuco, Jarbas Vasconcellos.

A política do governo federal é de total apoio ao agronegócio, com destaque particular nos últimos meses ao etanol. Esta política reforça sobretudo os usineiros, que no início deste ano foram qualificados como heróis pelo presidente Lula, e deixa em situação cada vez mais precária os trabalhadores. A prisão dos 14 cortadores é o sinal claro de que não serão toleradas ações de trabalhadores, mesmo por reivindicação de direitos básicos, mas que possam paralisar ainda que momentaneamente as atividades da empresa.

*a partir de informes de Antonio Canuto (CPT) e Carlos Walter Porto-Gonçalves (LEMTO-UFF).

UMA VIDA DEDICADA À REVOLUÇÃO

AGÊNCIA CROMAFOTO

González no ato em homenagem a Nahuel Moreno em março

WILSON H. SILVA, da redação

O socialista argentino Ernesto González faleceu no dia 16, aos 83 anos. Foi militante da corrente trotskista desde 1952, quando passou a integrar o grupo de militantes dirigido por Nahuel Moreno (morto em 1987). O Grupo Obrero Marxista tinha como objetivo levar o trotskismo argentino para junto dos trabalhadores, rompendo com o chamado "trotskismo de cafés", assim conhecido por estar distante da classe operária e pelas discussões intermináveis.

Em sua última passagem pelo Brasil, em março passado, quando foi realizado o ato em memória dos 20 anos da morte de Moreno, Ernesto (em entrevista ao Opinião) relembrou este período com seu característico bom-humor: *"Foi o início de minha vida dentro do movimento operário (...) Esses foram os anos mais felizes de minha vida. Essa foi a minha grande experiência e que está ligada aos primeiros anos do desenvolvimento do verdadeiro trotskismo operário e internacionalista na Argentina. (...) Em 1952, essa iniciativa já tinha se concretizado de forma fabulosa. Quando eu entrei no partido a primeira coisa que perguntei foi: em que fábrica entro?"*.

Colaborador muito próximo a Moreno, ele assumiu tarefas importantes em várias das organizações que, nas décadas seguintes, foram construídas com este propósito. Em 1976, quando ocorreu o golpe militar de Videla, Ernesto era um dos dirigentes do Partido Socialista de los Trabajadores, e cumpriu um importante papel na garantia de que a organização e seus militantes atravessassem aquele período de perseguições e assassinatos. Anos depois, ele também esteve na fundação do Movimiento al Socialismo (MAS), um partido que chegou a dirigir manifestações de centenas de milhares de trabalhadores.

RESGATE HISTÓRICO

Em seus últimos anos, Ernesto dedicou-se a resgatar a história da corrente, tarefa que se expressou nos diversos volumes já publicados de "*O trotskismo operário e internacionalista na Argentina*", obra fundamental para conhecer a história de nossa corrente.

Ao final da vida, Ernesto não se eximia de responsabilidades por não ter contribuído o suficiente: *"Eu considero este ato uma oportunidade para me autocriticar. Eu, como velho dirigente, não soube responder ao grande problema levantado por Moreno: como consolidar a fundo a direção. Eu assumo minhas responsabilidades nesses 20 anos de não ter ajudado a instrumentalizar uma política de recuperação e integração de todos os que reivindicam a corrente morenista. Creio que esse ato possa ser um pontapé inicial do reagrupamento de todas as correntes morenistas, que desgraçadamente se dispersaram pelos fatores objetivos e subjetivos. Veremos se essa minha previsão poderá ser cumprida no futuro"*.

Diante de sua morte, além de estendermos nossas condolências aos companheiros, familiares e amigos de Ernesto, nós do PSTU, em primeiro lugar, queremos nos dar o direito de discordar do "velho" Ernesto e destacar sua contribuição valiosa na manutenção da luta pela Internacional. E mais: queremos reafirmar nosso compromisso em dar continuidade à sua luta até que sua "previsão" se concretize.

Adeus, Ernesto! Até o socialismo, sempre!

... E UMA DELES

ACM: JÁ VAI TARDE!

FÁBIO POZZEBOM/AG.BRASIL

Um dia ruim para o diabo

DIEGO CRUZ e WILSON H. SILVA, *da redação*

No dia 20, o país se viu livre de um dos mais asquerosos símbolos da ditadura e da oligarquia: Antonio Carlos Magalhães, o ACM, ou "Toninho Malvadeza", apelido mais condizente com seus métodos.

Morto aos 79 anos de causas naturais (diferentemente de muitos de seus opositores), ACM deixou uma extensa ficha corrida de serviços prestados à exploração e opressão, construída nos mais de 50 anos em que ele habitou ou parasitou o poder. Seja como articulador da ditadura, seja como "conselheiro" de Lula. ACM será sempre lembrado com um símbolo de tudo o que existe de mais reacionário.

Deputado nos anos 50 e 60 pela União Democrática Nacional (UDN), ACM foi um dos articuladores do golpe militar em 1964. Foi governador da Bahia por três vezes, duas delas imposto pela ditadura. Comandou a Eletrobrás, em 1975, nomeado por Ernesto Geisel, e esteve à frente do Ministério das Telecomunicações durante o governo de José Sarney, nos anos 80.

CORONEL DA MÍDIA

Foi neste período que se institucionalizou a prática da distribuição das concessões de rádio e televisão em troca de apoio político ao governo. Foi também quando se ampliou o poder político de ACM na Bahia e seu "latifúndio midiático". Além do jornal Correio da Bahia, Antonio Carlos Magalhães era dono da TV Bahia, emissora afiliada à Rede Globo, e de quase todas as retransmissoras regionais.

A fama de "coronel" veio de seu estilo, que mesclava altas doses de autoritarismo com ineficazes ações paternalistas, postura abertamente assumida em frases como a seguinte (durante as eleições de 1982):*"Ganharei com o chicote numa mão e o dinheiro na outra"*.

ACM E LULA

"Toninho Malvadeza" foi eleito senador pela primeira vez em 1994, presidindo o Senado entre 1997 e 2001. Acusado de violação do painel eletrônico durante a votação da cassação de Luiz Estevão, ACM renunciou ao mandato para voltar à Casa no ano seguinte.

Em 2003, foi acusado por um inquérito da Polícia Federal de comandar um esquema de escutas telefônicas ilegais na Bahia. Depois da abertura de um processo por quebra do decoro parlamentar, Lula interveio pessoalmente para que o caso fosse arquivado, com o auxílio do então relator do processo, Tião Viana (PT-AC).

Por estas e muitas outras, não causaram espanto as muitas declarações de importantes figuras do PT lamentando a morte do canalha: *"Seu falecimento é, sem dúvida, uma grande perda para a Bahia e para o Brasil"*, chegou a dizer o senador Eduardo Suplicy. Jacques Wagner (PT), que venceu o candidato de ACM na disputa pelo governo da Bahia em 2006, declarou luto oficial de cinco dias.

O fato é que não só o governo de Wagner é semelhante aos governos anteriores comandados por ACM (apesar de sua vitória ter sido aclamada como o fim do "coronelismo" na Bahia), como também, desde o primeiro mandato, ACM manteve grande proximidade com Lula e seus asseclas.

Como sempre, há uma relativização das atrocidades cometidas pelo recém-falecido. No entanto, isso não pode mascarar a história de ACM. Não morreu um *"grande político"*. Morreu, sim, um filhote da ditadura militar, expressão do coronelismo, autoritarismo e corrupção. Alguém que conseguiu manter com punhos de ferro, por décadas, o poder de uma *"oligarquia branca"* num estado símbolo da história do povo negro brasileiro. Já vai tarde.

TEORIA MARXISTA A SERVIÇO DA LUTA CONTRA O MACHISMO

WILSON H. SILVA, da redação

A primeira turma do seminário "Gênero e Classe", promovido pela Liga Internacional dos Trabalhadores (LIT-QI), reuniu cerca de 50 militantes entre os dias 12 e 15 de julho, no interior de São Paulo. Os objetivos foram debater a opressão machista e, particularmente, avançar na elaboração teórica necessária para este combate.

Devido ao enorme interesse que a atividade despertou, outras duas novas turmas serão realizadas. A próxima contará com a participação de representantes de partidos filiados à LIT nos principais países da América Latina e da Europa e a seguinte será destinada aos militantes do PSTU nas regiões Norte e Nordeste. Também foram feitos convites para representantes de organizações nacionais e internacionais com as quais a LIT mantém relações políticas.

Como lembra Cecília Toledo, autora de "O gênero nos une, a classe nos divide", da Comissão de Mulheres da LIT e uma das coordenadoras da atividade,*"este seminário tem importância não só pelo seu tema, mas também por fazer parte do processo de reconstrução da LIT e suas seções; parte importante disso tem a ver com a elaboração teórica sobre os grandes temas da atualidade, pois, como já dizia Lênin, não há política revolucionária sem teoria revolucionária"*.

Ainda segundo Cecília, se debruçar sobre o tema das mulheres neste momento também é de suma importância: *"Hoje a maioria do movimento feminista prega que é possível lutar contra o machismo sem uma política classista, que é possível emancipar as mulheres sob o capitalismo. Ter bases teóricas para contrapor tal postura é fundamental para que possamos elaborar políticas que possam mobilizar as mulheres trabalhadoras"*.

ESTUDO A SERVIÇO DA LUTA

Já Ana Rosa Minutti, da Secretaria de Mulheres do PSTU, destaca que atividades como estas devem ser uma constante na vida dos revolucionários: *"Nossa idéia é estudar e debater não só as bases teóricas da opressão, como também tentar dar continuidade às elaborações de revolucionárias, como Alexandra Kollontai e Clara Zetkin, com o objetivo de construir um programa que responda às necessidades das mulheres trabalhadoras e que apresente uma perspectiva socialista na luta contra o machismo"*.

Com isso em mente, o seminário foi dividido em quatro temas – "A origem da opressão da mulher", "A situação da mulher no capitalismo", "Opressão da mulher: um problema de gênero ou de classe?" e "A mulher e o socialismo". Todos foram estruturados a partir de textos que permitiram aos participantes discutir as bases estruturais (econômicas e históricas) do machismo, as distintas formulações ideológicas que lhe deram sustentação no decorrer dos séculos e também as bases teóricas das políticas reformistas defendidas pela maioria do movimento feminista contemporâneo.

Para discutir as origens da opressão foram tomados, por exemplo, textos como "Formações econômicas pré-capitalistas" (Karl Marx), "A origem da família, da propriedade privada e do Estado" (Engels) e textos de militantes e teóricas feministas que se encontram nos marcos do marxismo revolucionário, como "¿Qué es la opresión?", das argentinas Mercedes Petit e Carmen Carrasco.

O debate sobre o tema seguinte tomou como base capítulos de "O Capital", nos quais Marx discutiu a divisão do trabalho na sociedade capitalista. O mesmo tema foi abordado nos escritos do trotskista norte-americano Harry Braverman, autor de "Trabalho e capital monopolista", defensor de que, desde seus primórdios, o capitalismo apoiou-se na constituição de um gigantesco "exército de reserva do trabalho", formado por trabalhadores desempregados pertencentes a "raças e nacionalidades" discriminadas e, particularmente, por mulheres, relegadas à servidão do lar (do qual só foram "convidadas" a sair em momentos de crise, como as grandes guerras) ou destinadas às ocupações mal pagas e "suplementares".

Ainda no segundo tema, como contraposição às posições marxistas, foram estudados dos textos de Helena Hirata, socióloga cujos trabalhos – como "Uma nova divisão sexual do trabalho" – são referências fundamentais para os setores majoritários do feminismo reformista. Ela localiza as raízes da opressão e seu desenvolvimento na sociedade capitalista numa "divisão sexual" do trabalho que se sobrepõe à divisão de classe.

A "tese" de Hirata serviu como "aquecimento" para o vigoroso debate que tomou os grupos durante no terceiro tema – gênero ou classe –, no qual foram discutidos, por um lado, textos de teóricas reformistas e "pós-modernas" (como Heleieth Saffiotti, Carmen Ramos Escandón e Maria Jesús Izquierdo), que, de distintas maneiras, defendem que as diferenças de "gênero" se sobrepõem a todas as demais existentes na sociedade. Por outro, as contribuições de Marx e Engels (retiradas de "A ideologia alemã"), José Weil (da LIT), da própria Cecília Toledo, além de Petit e Carrasco, dentre outros.

O último dia foi dedicado ao estudo de textos como "O Estado e a revolução" (Lênin), "Sobre a questão da mulher" (Leon Trotsky) e "A ditadura revolucionária do proletariado" (Nahuel Moreno), dentre vários outros, com o objetivo de discutir como a luta pela destruição das classes sociais pode e deve ser combinada com o combate pelo fim da opressão.

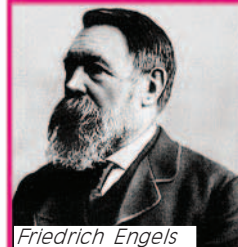
UMA EXPERIÊNCIA HISTÓRIA

Composta por 80% de mulheres, militantes em diversos setores do partido (jovens estudantes, operárias, professoras, sindicalistas, etc), a primeira turma do seminário foi um sucesso. O grau de envolvimento dos participantes, a seriedade e paixão com que as polêmicas foram realizadas (dentro e fora dos grupos) e, acima de tudo, o fortalecimento das companheiras serão fundamentais para dar continuidade à luta contra o machismo, inclusive no interior do movimento.

Como lembra Ana Rosa, *"este seminário tem um caráter histórico, não só por ser uma atividade da Internacional, mas também por ter envolvido o conjunto dos partidos, de sua base à direção. Por isso, inclusive, foi importante ter garantido a participação de 20% de homens, para que eles também em suas atividades militantes possam refletir este debate e cumprir o papel que lhes cabe na luta pela emancipação das mulheres: uma tarefa que, como Lênin disse e o seminário confirmou, está colocada acima de tudo em nossas próprias mãos"*.

Clara Zetkin

Friedrich Engels

Vladimir Lênin

Alexandra Kollontai

Leon Trotsky

Lições do(as) mestres

"Afirmamos que a emancipação dos operários deve ser obra dos próprios operários, e da mesma maneira a emancipação das operárias deve ser obra das próprias operárias"

LÊNIN, "As tarefas do movimento operário feminino na República Soviética"

"Na família, o homem é o burguês e a mulher representa o proletário. No mundo industrial, entretanto, o caráter da opressão econômica que pesa sobre o proletariado não se manifesta em todo o seu rigor senão quando suprimidos todos os privilégios legais da classe dos capitalistas e juridicamente se estabelece a plena igualdade das duas classes"

ENGELS, "A origem da família, da propriedade privada e do Estado"

"Podemos definir a opressão como o aproveitamento de desigualdades para pôr em desvantagem e submeter um grupo social, em base a diferenças raciais, sexuais, nacionais ou de outros tipos, que produzem uma situação de desigualdade de direitos, de discriminação social, cultural e eventualmente econômica"

PETIT E CARRASCO, "Una alternativa de clase para las mujeres"

"Os comunistas devem dissuadir as operárias de todos os países de qualquer tipo de colaboração e coalizão com as feministas burguesas (...). Somente chegaremos ao comunismo mediante a união, na luta, de todos os explorados, e não pela união de forças femininas de classes opostas"

III CONGRESSO DA INTERNACIONAL COMUNISTA, "Tese para a propaganda entre as mulheres"

PERU: HISTÓRICA JORNADA NACIONAL DE LUTA DE 11 DE JULHO

PUBLICAMOS um artigo do Partido Socialista dos Trabalhadores peruano – seção da LIT-QI no país – sobre a mobilização do último dia 11 que sacudiu o país. Desde o mês passado o Peru é varrido por uma onda de greves que tiveram início com um movimento de professores das escolas públicas contra a Lei da Carreira Pública do Magistério, promulgada pelo governo e que estabelece avaliações e demissões aos docentes. Mineiros e metalúrgicos se juntaram às mobilizações nos dias 10 e 11. O governo do presidente Alan García, eleito no ano passado, respondeu às manifestações com uma brutal repressão.

Superando todas as estimativas e expectativas, no 11 de julho foi realizada uma massiva e estrondosa jornada nacional de luta contra o governo de Alan García. Suas extraordinárias proporções fizeram recordar a Marcha de los 4 Suyos*, de julho de 2000, que significou o início do fim do regime ditatorial de Fujimori e Montesinos.

Em Lima, mais de 50 mil trabalhadores abarrotaram mais de vinte quadras do centro da capital em uma mobilização de três horas, para terminar na praça San Martín, a qual se manteve cheia durante o comício de encerramento. Previamente, ao ponto de origem – a praça Dois de Maio – chegaram intermináveis colunas de professores dos diferentes setores da educação de Lima, assim como as massivas formações de professores das outras regiões que se encontram em Lima como parte da greve indefinida que iniciaram no dia 18 de junho. Por estar protagonizando uma greve, a principal luta nacional, o Sutep (sindicato dos professores) foi designado para presidir a mobilização.

Também se concentraram os trabalhadores da construção civil e sindicatos do setor têxtil como Topy Top – que acaba de obter uma vitória importante com a reposição de seus 93 demitidos – e São Sebastião, e as bases de Lima dos docentes universitários da Fendup.

Outra coluna importante, composta por mais de uma centena de trabalhadores corretamente organizados, foi a do sindicato operário de Celima, que cumpriam o segundo dia de sua vitoriosa paralisação de 48 horas. Na concentração também balançaram as bandeiras dos trabalhadores estatais de saúde e educação, numerosas bases em luta da indústria e agrupações estudantis das universidades San Marcos, La Cantuta e La Molina. Também foram erguidas bandeiras exigindo a liberação de Rony Cueto e Tomás Cari, dirigentes sindicais dos contratados da Shougang injustamente detidos – o primeiro está preso desde 5 de junho.

Também estiveram presentes organizações políticas e grupos de direitos humanos, para somar à luta o protesto contra a indignante sentença do juiz chileno que negou a extradição do sanguinário e corrupto ex-ditador Alberto Fujimori.

No interior do país houve mobilizações e greves em numerosas cidades, muitas delas radicais. Entre as mais destacadas figuram as mobilizações dos camponeses contra o TLC (Tratado de Livre Comércio) e das comunidades que enfrentam os estragos da exploração mineira, petroleira e gasífera por parte de transnacionais e das grandes empresas.

RESPOSTA CONTUNDENTE

A jornada de 11 de julho foi uma clara resposta à política de repressão criminal e às constantes provocações e chacotas do governo de Alan García e do Apra, uma conduta de governo gorila que se manifestou também em sua decisão de mobilizar as tropas do exército para provocar medo na população.

A extraordinária magnitude da mobilização em Lima não foi a única semelhança com a Marcha de los 4 Suyos. Também o foi o impressionante deslocamento das forças policiais e do exército. No centro de Lima foram vistas exatamente as mesmas formações de três a quatro filas de policiais em cada entrada de rua do Damero de Pizarro, bloqueando o ingresso na praça Mayor e ao Palácio de Governo. As pontes que dão acesso ao centro desde o Rímac também foram fechadas ao tráfico de pedestres, provocando um grande mal-estar na população. A julgar pelo deslocamento policial e militar, foi um dia de pânico para o governo.

A conduta gorila desse governo se mostrou patente também em sua resposta quase simultânea a essa jornada de luta: uma direta provocação ao promulgar de maneira violenta a Lei de Carreira Pública do Magistério, precisamente a medida contra a qual estão mobilizados mais de 200 mil professores dos colégios primários e secundários de todo o país, os quais se encontram em greve indefinida com mobilizações cotidianas.

É pois um governo que está incitando o confronto ao redor das medidas do plano neoliberal, as "reformas" que privatizam e promovem as demissões em massa, o pagamento da fraudulenta dívida externa e a aprovação do TLC, medidas que afundarão mais nosso país na recolonização por parte do imperialismo norte-americano. Neste propósito, goza do eufórico respaldo da patronal e das multinacionais, assim como dos setores políticos mais reacionários. Mas do povo trabalhador, a amplíssima maioria do país, só obtém o repúdio e o rechaço.

A jornada de luta do dia 11, que sem dúvida elevará o espírito de luta das massas trabalhadoras peruanas, marca o caminho rumo a novas grandes jornadas. É fundamental dar continuidade a esta luta, organizando uma paralisação nacional e a greve geral.

Fazendo o jogo do governo

No último dia 19, a Convenção Nacional Extraordinária do Sutep, presidida por Luis Muñoz, suspendeu a greve nacional causando uma reação de rechaço em amplos setores do magistério em Lima e nas províncias. Muitos consideraram a decisão uma traição. Agora o governo se encontra negociando entre quatro paredes com os burocratas sindicais.

Vários ativistas estão denunciando a manobra de Muñoz e tentam reverter a situação, propondo a retomada da greve.

A decisão faz o jogo do governo, que chantageou o movimento e disse que os professores deveriam suspender a greve se quisessem dialogar. O movimento docente, em várias assembléias anteriores, resolveu que a greve continuaria até que o governo se dispusesse a solucionar as demandas.

Apesar das manobras, a situação política do país continua explosiva e muitas categorias ainda se encontram mobilizadas. O desgaste do governo agora se amplia para as tradicionais direções sindicais. Muitos percebem a hora de construir uma direção para as lutas.

BATAY OUVRIYE DENUNCIA LEI QUE APROFUNDA COLONIZAÇÃO DO HAITI

RODRIGO CÔRREA

Refeitório de uma maquiladora haitiana

A organização haitiana Batay Ouvriye publicou em seu "Boletín Político" uma análise e um posicionamento sobre a lei "Hope", medida imperialista que procura aprofundar ainda mais o verdadeiro processo de colonização em curso atualmente no Haiti. A ocupação militar liderada por tropas brasileiras no país em nome da ONU é o alicerce fundamental desta colonização e também peça chave para a aplicação dessa lei. Leia abaixo trechos do boletim.

A LEI "HOPE"

Em todas as rádios, em todos os jornais diários, em todos os canais de televisão, no marco do "desenvolvimento" que os imperialistas e os burgueses com seu Estado reacionário têm reservado aos trabalhadores haitianos, a última que se ouve é a famosa lei "Hope" (em inglês: Haitian Hemispheric Opportunity through Partnership Encouragement). Através dela, o congresso norte-americano finalmente votou como regulamentar alguns intercâmbios comerciais entre os Estados Unidos e o Haiti. Trata-se de uma lei que abre todas as barreiras para que os dois países possam realizar intercâmbios comerciais livres sem pagar taxas alfandegárias, ou mesmo qualquer taxa que o Estado possa cobrar sobre as mercadorias ou que trave sua livre circulação. As mercadorias indicadas por essa lei se referem aos produtos têxteis provenientes das chamadas maquiladoras.

Mas o que a maioria das pessoas não sabem são os diversos compromissos paralelos assumidos pelo governo haitiano. Em primeiro lugar, terá que deixar de lado todo o controle sobre os produtos norte-americanos que cheguem, ou seja, não pode dizer quais podem entrar no país e quais não podem. Tampouco o governo pode levantar qualquer barreira ao capital multinacional, ou controlar os preços das mercadorias à venda no país. Conseqüentemente, o Ministério de Comércio e Indústria não pode controlar nenhum preço. Por fim, o governo se comprometeu a avançar na privatização dos serviços públicos. (...)

A lei "Hope" é o resultado histórico da destruição do país desde Duvalier, passando pelos distintos governos que o sucederam até Aristide, que ratificou o processo de desmantelamento nacional ao sinalizar em Monterrey a favor do estabelecimento de 18 zonas francas e inaugurar a primeira construção, de maneira sigilosa, em 2002. A lei "Hope" é o resultado do desmantelamento histórico nacional, e ao mesmo tempo, é o resultado do empobrecimento e desvalorização constante do valor real da mão-de-obra. (...)

Para que se aplique a lei, dadas a tensão e a constante possibilidade de uma explosão social devido à situação de miséria opressora na qual está imersa a população, e a incapacidade das classes dominantes e de seu Estado reacionário de enfrentar tal possibilidade por si só, a ocupação militar vem sendo seu único suporte. É tudo isso o que tratam de ocultar com sua demagogia de "criar empregos e desenvolvimento". Não pode haver lei "Hope" sem forças repressivas, tanto dentro como fora das fábricas. (...).

Nós, do Batay Ouvriye, defendemos o direito ao trabalho de todos os trabalhadores. Mas, ao mesmo tempo, defenderemos sem cessar TODOS OS DIREITOS DE TODOS OS TRABALHADORES EM TODAS AS FÁBRICAS. Todos os direitos, conquistados e por conquistar, com base na luta dos mesmos trabalhadores.

Da mesma maneira, temos certeza de que só os interesses dos trabalhadores correspondem aos interesses globais de nossa nação. (...) Denunciamos claramente e rejeitamos a lei "Hope", e também todos aqueles que tratam de mistificá-la para poder implementá-la no país. (...)

O plano da burguesia consiste em explorar-nos e tirar o máximo de nós. Mas nós operários sabemos que, organizados, sempre alcançaremos a vitória, custe o que custar. Somente os trabalhadores que lutam pelos seus próprios interesses alcançarão esta vitória. Quem a alcançará será o povo em pé, em luta.

Viva a luta das massas populares! Com os trabalhadores à frente sob a direção da classe operária!

WWW.PSTU.ORG.BR

Leia o texto na íntegra

Palestras impulsionam campanha pela retirada de tropas

YARA FERNANDES, *da redação*

Após o retorno da delegação da Conlutas que visitou o Haiti entre os dias 27 de junho e 3 de julho, diversas atividades estão programadas para dar continuidade à campanha pela retirada das tropas que ocupam o país. E a principal delas é levar aos trabalhadores, sindicatos e movimentos sociais a experiência da visita, o debate sobre o real papel que cumpre a ONU no país e sobre a importância desta campanha de solidariedade.

Por isso, já estão ocorrendo palestras e debates em várias regiões com os integrantes da delegação.

A primeira foi no dia 10 de julho, no Rio de Janeiro, e lotou o auditório do Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação (Sepe/RJ). Estiveram presentes na mesa os companheiros Dayse Oliveira, diretora do Sepe/RJ e do GT de Negros e Negras da Conlutas, Sabrina Luz, diretora do Centro Acadêmico de Geografia da UFF e da Conlute, e Aderson Bussinger, representante da OAB Nacional. E a Conlutas-RJ já está organizando outro debate com a delegação, indicado para 24 julho, no Sindisprev-RJ.

Já em São José dos Campos (SP) o debate ocorreu no dia 19 de julho, no Sindicato dos Metalúrgicos. Estavam no evento o coordenador da delegação, Antonio Donizete Ferreira, o Toninho, o diretor do Sindicato dos Metalúrgicos Valdir Martins, os aposentados Francisco Cabral e José Nunes, a advogada e militante do PSTU Nícia Bosco e o jornalista Rodrigo Correia. Foram cerca de duas horas de discussão e também houve exposição de fotos e vídeos da visita. Em São Paulo, haverá debates sobre o Haiti no ABC e em Guarulhos no dia 4 de agosto.

Toninho aponta os próximos passos: "*Agora é preciso botar a campanha nas ruas, fazê-la crescer! Vamos levar a carta pela retirada das tropas para colher assinaturas de mais parlamentares, sindicalistas, intelectuais. Também é preciso fazer a campanha nos materiais dos sindicatos, votar moções em assembléias de trabalhadores, em cada encontro ou congresso de cada categoria.*"